



Senado Federal

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que “dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica”, para disciplinar o serviço de emergência médica nos aeroportos.



SF/19405.33456-91

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 26 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º e § 3º, renomeando-se o parágrafo único como § 1º:

“**Art. 26.** .....

.....

§ 2º Todo operador de aeródromo civil público manterá serviço de ambulância para estabilização e remoção das vítimas de emergência médica, proporcional ao movimento anual de passageiros, respeitado o mínimo de uma viatura, nos termos do regulamento. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação oficial.

### JUSTIFICAÇÃO

Não são raras as vezes que nos deparamos com casos de emergência médica nos aeroportos do País, onde as vítimas não conseguem atendimento apropriado, e tampouco há serviço de estabilização e remoção de pacientes em ambulâncias adequadas.

Sabemos que grandes aeroportos contam com estruturas robustas de emergência médica, especialmente os mais movimentados e os concedidos à iniciativa privada.



Senado Federal

Entretanto, aqueles aeródromos localizados em municípios menores, com pouca movimentação de passageiros, por não serem obrigados a contar com equipe médica fixa, ou a presença de ambulância, deixam os usuários desamparados.

O Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) deixa a cargo da autoridade aeronáutica a avaliação da necessidade de serviço médico como uma das facilidades do aeródromo. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) normatiza a matéria por meio do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil – RBAC nº 153, que trata da operação, manutenção e resposta à emergência nos aeródromos brasileiros.

No referido regulamento, constata-se que os aeroportos com média de movimentação anual de até 250 mil passageiros não são obrigados a disponibilizar ambulâncias, tampouco equipe de serviço médico. De acordo com os dados fornecidos pela ANAC, são pelo menos oitenta aeródromos civis públicos nessa situação.

Com o presente projeto de lei, todos os aeródromos civis públicos no Brasil contarão com, no mínimo, uma ambulância para efetuar a estabilização e a remoção da vítima aos hospitais da região.

Por fim, o *vacatio legis* do projeto é de cento e oitenta dias, tempo que estimamos ser suficiente para que os órgãos envolvidos se adequem à legislação e os operadores dos aeródromos implantem os serviços médicos necessários.

Esperamos não ver mais vítimas de emergência médica desatendidas nos aeroportos brasileiros. Para tal, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO



SF/19405.33456-91